

Aumentos devem ter baixo impacto na inflação

Técnico do Dieese, no entanto, diz que empresas tentarão repassar o valor da carga tributária para os consumidores

Marcelo Sayão

Marcelo Rehder

• São PAULO. O aumento de 6,3% nos preços dos combustíveis e de 4,95% no gás de cozinha terá um pequeno impacto nos índices de inflação. No caso do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) pesquisado em São Paulo pela Fipe, a medida deverá provocar uma alta de 0,34%, que será distribuída nas taxas de novembro e dezembro. Segundo Juarez Rizzieri, presidente da Fipe, o impacto deverá ser compensado pelo aumento da concorrência, que deverá provocar queda de preços de outros produtos. A própria concorrência entre os postos de abastecimento poderá determinar o repasse final para o consumidor de um percentual de aumento menor do que o previsto pelo Governo.

Na última vez que o Governo autorizou o aumento dos combustíveis, os preços não se sustentaram por muito tempo, por causa da concorrência entre os postos — argumentou Rizzieri.

Previsão da Fipe é que inflação ficará abaixo de 4% em 98

O presidente da Fipe lembrou que a taxa de variação de preços dos combustíveis no IPC vem sendo negativa nos últimos quatro meses. Em outubro, essa taxa registrou queda de 0,7%. Apesar disso, o índice de inflação no ano vai ficar próximo a 4%, e não abaixo desse nível, como chegou a prever o coordenador da pesquisa, Heron do Carmo. A previsão de Rizzieri é de uma taxa de 0,4% para novembro e de 0,2% em dezembro. Para o ano que vem, a expectativa é de que a inflação anual fique abaixo de 4%.

No IPC-BR, índice da Fundação Getúlio Vargas, o aumento dos combustíveis terá impacto de 0,17%, segundo Paulo Cota, pes-

quisador da FGV. Cota considera esse aumento pequeno, mas observa que seria preocupante se o Governo tivesse elevado as alíquotas do Imposto de Importação, como havia sido cogitado.

— A inflação está sob controle justamente por causa da concorrência dos produtos importados — disse Cota.

O mesmo raciocínio vale para o aumento do IPI, que incide sobre automóveis e bebidas. Segundo Rizzieri, da Fipe, o aumento do Imposto de Renda para pessoa física agravará os efeitos da retração do consumo provocada pelo aumento dos juros. Ele diz ainda que se o consumidor já estava gastando menos, repassar o aumento do IPI para os preços é quase inviável para as empresas.

— A tendência dos preços continua sendo de queda, pois quem baliza o mercado é a demanda — afirmou Rizzieri.

Para Dieese, empresas podem repassar aumento a consumidor

O consultor Ernesto Moreira Guedes, sócio da Trend Consultoria Econômica, concorda com o presidente da Fipe. Ele diz que as duas intervenções do Governo para proteger o Real são recessivas. Num cenário de redução do nível de atividade não há espaço para aumento de preços.

— É uma questão de sobrevivência. Para continuar vendendo, as empresas têm que absorver o aumento de custos que o Governo promoveu nos últimos quinze dias — disse Guedes.

Para José Maurício Soares, técnico do Dieese, as empresas, no entanto, vão tentar repassar o aumento do IPI para os preços. Ele disse que já ficou provado que as empresas apenas arrecadam impostos para o Governo e quem paga mesmo é o consumidor. ■



A ARQUITETA SANDRA Luz correu para comprar um automóvel numa concessionária do Rio antes que a Volkswagen aumentasse os juros do financiamento